

MIREMPET DEFENDE FOCO NA EXECUÇÃO DOS PROJECTOS ESTRUTURANTES



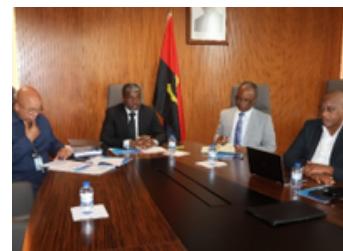
CONFIRA AINDA NESTA EDIÇÃO

- Rosto da Casa: Dário Afonso - "A minha mãe reforçava sempre que, para alcançar algo de bom ou ser alguém na vida, o segredo está no estudo".
- Funcionário do MIREMPET recebe prémio internacional de excelência académica.
- Em reflexão: Violência contra as mulheres - 10 proposições para concretizar e evoluir.



MINISTRO DIAMANTINO APELA À UNIÃO E TRABALHO EM EQUIPA

O apelo foi feito durante a cerimónia de Cumprimentos de Fim de Ano, presidida pelo Ministro, Diamantino Azevedo, que agradeceu aos trabalhadores do Sector pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados ao longo do ano.



ITIE-ANGOLA APROVA TERCEIRO RELATÓRIO

O documento referente ao exercício fiscal de 2023 foi aprovado pelos membros do Comité Nacional de Coordenação da ITIE-Angola, na sua 11.ª Reunião Ordinária.



EXECUTIVO PEDE AUTORIZAÇÃO PARA AJUSTAR CONCESSÃO DO BLOCO 14

O Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás apresentou, na Assembleia Nacional, os fundamentos do pedido de autorização legislativa que permitirá ao Presidente da República legislar sobre a cooperação petrolífera entre Angola e a República Democrática do Congo.

MIREMPET ORIENTA FOCO NA EXECUÇÃO DOS PROJECTOS ESTRUTURANTES



A orientação foi passada a 29 de Dezembro, na XII Reunião do Conselho Consultivo, realizado pelo Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET) com o objectivo de avaliar o grau de execução dos principais projectos estruturantes do Sector e reforçar a cultura de resultados.

Na abertura do encontro, o Ministro Diamantino Azevedo afirmou que a reunião visou assegurar que os projectos estruturantes do Sector estejam a ser efectivamente executados, acompanhados e orientados para resultados concretos, sublinhando que o grande desafio actual da governação pública já não é a formulação de políticas, mas sim a sua implementação rigorosa.

"O Sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás tem um papel central no desenvolvimento económico do País, na diversificação da economia, na atracção de investimento e na criação de valor. Essa responsabilidade exige de nós um nível elevado de profissionalismo, rigor e compromisso com resultados", ressaltou o governante.

Diamantino Azevedo destacou a importância da adopção de "dashboards" de monitorização, com poucos indicadores-chave, que permitam avaliar metas, prazos, responsáveis, execução física e financeira, riscos e decisões pendentes, facilitando a tomada de decisões ao mais alto nível.

O Ministro salientou que muitos projectos falham, não por falta de visão, mas por ausência de acompanhamento, coordenação e responsabilização, defendendo uma cultura de foco, trabalho em equipa e cooperação institucional entre os diferentes actores públicos e privados.

A XII Reunião do Conselho Consultivo decorreu sob o lema "Projectos Estruturantes do Sector: Estado Actual e Desafios", tendo dela participado os Secretários de Estado para os Recursos Minerais e para o Petróleo e Gás, Directores Nacionais, Presidentes, Directores Gerais e Administradores dos serviços superintendidos, bem como funcionários seniores do MIREMPET.





O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET) reforçou o espírito de união e trabalho em equipa a 29 de Dezembro, durante a cerimónia de apresentação de Cumprimentos de Fim de Ano, presidida pelo Ministro Diamantino Azevedo, que agradeceu aos trabalhadores do Sector, pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados ao longo do ano.

Na ocasião, o governante reconheceu igualmente a compreensão dos funcionários face às limitações existentes, sublinhando que nem sempre foi possível satisfazer todas as necessidades apresentadas, apelando a continuidade do trabalho conjunto e ao fortalecimento do espírito de união no seio da instituição.

“Vamos, continuar a trabalhar em equipa, com espírito de união e foco nos nossos objectivos, para que, no final, possamos estar todos satisfeitos com o cumprimento da nossa missão. Esperamos que o próximo ano seja marcado por muitos êxitos para o nosso Ministério para todo o povo angolano”, referiu o Diamantino Azevedo.

O governante aproveitou o momento para, junto da classe jornalística, destacar o seu papel e reafirmar o compromisso institucional do MIREMPET em reforçar a comunicação do Sector com maior clareza, rigor e transparência.

Em representação dos funcionários, Lizia da Cruz destacou que o ano que termina foi marcado por desafios significativos, mas também por importantes conquistas. Segundo a funcionária, cada resposta dada, cada medida adoptada e cada gesto de abertura ao diálogo reforçaram a confiança e a esperança dos quadros dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

“Ao longo do tempo, os trabalhadores têm aprendido o verdadeiro significado de liderança, evidenciado pela sensibilidade, coragem e empenho em transformar preocupações em soluções concretas, com impacto positivo na modernização do Sector, na valorização do capital humano e na promoção de um ambiente institucional mais inclusivo, eficiente e orientado para resultados” enfatizou a técnica do Gabinete Jurídico.



Os membros do Comité Nacional de Coordenação da ITIE-Angola aprovaram a 22 de Dezembro, o 3º Relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa (ITIE), referente ao exercício fiscal de 2023, durante a sua 11.ª Reunião Ordinária, realizada via zoom. O encontro foi presidido pelo Secretário de Estado José Barroso, representando o Ministro Diamantino Azevedo que preside ao Comité.

O relatório, primeiro conforme o Padrão ITIE 2023, responde ao requisito anual. Ainda que Angola só volte a ser avaliada internacionalmente em 2028, o documento aprovisiona a consolidação das boas práticas de transparência no sector extractivo nacional.

Durante a sessão, José Barroso sublinhou o papel do relatório na demonstração do compromisso

contínuo com a governação do sector extractivo.

“O lançamento deste relatório demonstra o nosso empenho em reforçar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos minerais e hidrocarbonetos.”

O Diretor-Executivo do Comité Nacional de Coordenação da ITIE-Angola, José Malanga, descreveu a aprovação do documento como “um momento histórico para a indústria extractiva nacional”, reforçando o compromisso com a ITIE desde a adesão de Angola em 2022.

“O dia 22 de Dezembro de 2025, simboliza o cumprimento responsável dos compromissos de Angola com a ITIE, resultado do esforço conjunto e do trabalho dedicado de todos os envolvidos.”

EXECUTIVO PEDE AUTORIZAÇÃO PARA AJUSTAR CONCESSÃO DO BLOCO 14



O Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, apresentou, a 15 de Dezembro, na Assembleia Nacional, o pedido de autorização legislativa que permitirá ao Presidente da República alterar os anexos A e B da área de concessão do Bloco 14, no quadro da cooperação petrolífera entre Angola e a República Democrática do Congo (RDC).

Na sua intervenção, o governante enquadrou o pedido nos instrumentos jurídicos que regulam a exploração conjunta de hidrocarbonetos entre os dois países, recordando a criação da Zona de Interesse Comum (ZIC), situada entre o sul do Bloco 14 e o norte dos Blocos 15 e 30, com partilha equitativa

de interesses e mecanismos de gestão conjunta. Diamantino Azevedo lembrou que o processo ganhou novo impulso com a assinatura, em Julho de 2023, do Acordo de Governança da ZIC, que definiu o modelo de gestão e criou os respectivos órgãos. Em Dezembro do mesmo ano, foi aprovado o Contrato de Partilha de Produção do Bloco 14/23, seguido, em Abril de 2025, do decreto que aprovou o acordo de gestão, partilha de rendimentos e regime fiscal.

O Ministro explicou que, apesar dos ajustamentos legais já efectuados, os anexos cartográficos e descritivos da concessão do Bloco 14, ainda não reflectem integralmente os termos acordados entre Angola e a RDC. A autorização legislativa visa, por isso, adequar esses anexos, reforçar a segurança jurídica e garantir a plena execução das actividades na concessão.

O Executivo solicita, assim, à Assembleia Nacional a aprovação da lei que permitirá ao Presidente da República proceder às alterações necessárias por via de Decreto Legislativo Presidencial.

EMPRESAS RECEBEM ESCLARECIMENTOS SOBRE NOVO CADASTRO MINEIRO



O Cadastro Mineiro Digital de Angola (CMA) esteve em destaque a 18 de Dezembro, em Luanda, durante uma sessão de esclarecimentos promovida pelo Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, que reuniu empresas titulares de direitos mineiros para falar sobre o novo mecanismo de registo.

O principal objectivo do encontro foi elucidar as empresas sobre a importância da nova ferramenta, que passa a gerir os seus direitos e obrigações, alertando para as mudanças nos procedimentos de

submissão, acompanhamento e gestão das licenças mineiras.

O Secretário de Estado para os Recursos Minerais afirmou que a iniciativa se insere no cronograma de acções para a implementação do CMA, visando assegurar uma transição eficiente para a nova realidade tecnológica e dar a conhecer as funcionalidades do portal.

Jânio Corrêa Victor sublinhou que o CMA integra as acções prioritárias do Executivo, em alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027), com o objectivo de melhorar os canais digitais de interacção com investidores e demais interessados. Segundo o governante, “a ferramenta reforça a eficiência, a transparência e a segurança na gestão dos processos de concessão de direitos mineiros, que passam a ser submetidos obrigatoriamente por via digital”.

Gilson Victorino, representante da AngloAmerican, considerou o CMA uma evolução significativa para o Sector. “Vai evitar a sobreposição de áreas nos pedidos de concessão, permitir a visualização prévia das zonas disponíveis e, consequentemente, incentivar novos investimentos”.

PALESTRA SENSIBILIZA ATAQUES CIBERNÉTICOS



HÉLIO PEREIRA

Uma palestra sobre prevenção de burlas electrónicas e ataques cibernéticos realizou-se no dia 17 de Dezembro, no Auditório Albina Assis, por iniciativa do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional (GTICI) e do Gabinete dos Recursos Humanos (GRH) com o objectivo de reforçar a segurança digital no seio da Administração Pública.

Na abertura, o Director do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional (GTICI), Luciano Canhangá, considerou que “a cibersegurança é hoje um pilar essencial da governação digital e a crescente dependência das tecnologias de informação exige de todos um compromisso colectivo com a protecção dos dados institucionais, a salvaguarda dos sistemas e a adopção de comportamentos seguros no exercício das funções públicas”.

Hélio Pereira, palestrante, explicou que a sessão visou conscientizar sobre os crimes informáticos e apresentar a Estratégia Nacional de Cibersegurança. “Mais de 95% dos ataques cibernéticos exploram o factor humano. Devemos reconhecer que os criminosos são mais profissionais do que nós e todos os dias elaboram novas formas de burlas digitais”, alertou o engenheiro de Segurança Cibernética.

Para o Chefe do Departamento de Formação e Avaliação de Desempenho, Henda Agostinho, a iniciativa demonstra a preocupação do MIREMPET com a protecção dos seus funcionários.

“Trouxemos este tema porque a segurança nunca é demais, não apenas nos dispositivos, mas como uma responsabilidade institucional de todos”, realçou.

A técnica da Secretaria-Geral, Santa Bento, que já teve o seu telemóvel hackeado, alertou para os riscos das mensagens falsas. “Fui vítima de burla nas redes sociais. Se passaram por mim no WhatsApp e Facebook, informando que estava a comercializar moeda estrangeira e fazendo ofertas enganosas. Então todo o cuidado é pouco”, advertiu.

Ao longo da sessão, foram reforçadas práticas essenciais para reduzir vulnerabilidades, como a verificação de mensagens suspeitas, o uso de palavras-passe fortes e actualizadas, cautela ao abrir anexos ou links de origem duvidosa, utilização responsável dos equipamentos institucionais e a comunicação imediata de incidentes às equipas técnicas.



FUNCIONÁRIO DO MIREMPET RECEBE PRÉMIO INTERNACIONAL DE EXCELÊNCIA ACADÉMICA



O funcionário do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET), Valeriano Messele, foi distinguido a 15 de Dezembro, no Egipto, com o Ossama Ismail Distinguished Leadership Award, prémio internacional que reconhece liderança exemplar na promoção de competições de programação.

A distinção foi entregue pelo Ministro das Comunicações e Tecnologias de Informação do Egipto, Amr Talaat, e destaca a liderança e coordenação do Concurso Regional Angolano de Programação Competitiva, realizado no Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC), onde o galardoado também exerce docência.

“O meu projecto é ensinar programação competitiva no país e mostrar aos estudantes que muitos problemas da sociedade podem ser resolvidos através de algoritmos”, afirmou Valeriano Messele.

Sob a sua liderança, o concurso consolidou-se como uma plataforma nacional de excelência académica, reunindo anualmente instituições de ensino superior de todo o país. “Todos os anos conseguimos reunir universidades de todo o país, onde equipas de três estudantes competem durante cinco horas para resolver desafios complexos”, explicou.

Valeriano sublinha que o reconhecimento internacional “resulta do esforço colectivo, da nossa organização no concurso, da

capacidade de inovação e da presença regular de Angola no campeonato africano, sendo que fomos o único país distinguido nesta categoria”. Formado em Ciências da Computação, com percurso iniciado no ITEL e continuidade na Universidade Católica de Angola, o engenheiro destaca o papel do enquadramento institucional do MIREMPET. “O apoio da nossa liderança tem sido fundamental. Ter condições para continuar a especialização faz toda a diferença para que projectos desta natureza tenham continuidade e impacto”, referiu. Aos jovens, deixa uma mensagem directa:

“Hoje existem muitas ferramentas que facilitam o acesso ao conhecimento, mas também enfraquecem a capacidade de resolver problemas complexos. Por isso, dedicação, foco e disciplina continuam a ser essenciais”.

O Ossama Ismail Distinguished Leadership Award, criado no âmbito do ACPC, homenageia o legado de Ossama Ismail e reconhece contributos relevantes para o fortalecimento das competições de programação e o desenvolvimento das comunidades académicas africanas e árabes.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: MIREMPET REFORÇA CAPACITAÇÃO DE GESTORES E FUNCIONÁRIOS



"Temos pouco tempo para trabalhar, mas é o que se impõe. Depois da formação dos gestores, realizada na ENAPP e no MIREMPET, demos seguimento com a acção formativa destinado aos funcionários, com o objectivo de disseminar a informação e esclarecer dúvidas", afirmou.

Os directores, chefes de departamento e técnicos do MIREMPET foram capacitados a 16 de Dezembro sobre o novo modelo de avaliação de desempenho da Função Pública, no âmbito da Reforma Administrativa. A formação promovida pelo Gabinete de Recursos Humanos (GRH), em parceria com a Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), baseia-se na Lei de Bases da Função Pública e no decreto que regula os procedimentos de avaliação, com o objectivo de melhorar o desempenho, a productividade e os resultados dos agentes públicos.

Numa primeira fase, a capacitação foi dirigida aos quadros de direcção e chefia, visando clarificar as novas normas e reforçar a gestão por objectivos. O novo regime introduz a definição de objectivos individuais e colectivos, a avaliação de competências transversais e a aferição de competências técnicas e científicas.

Após a primeira sessão, Lídia Lopes, uma das participantes, afirmou: "sinto que, finalmente, temos um verdadeiro processo de avaliação de desempenho." Na sua perspectiva, o novo mecanismo poderá posicionar a função pública ao nível das grandes empresas, reforçando o propósito dos funcionários em trabalhar para um objectivo comum e contribuindo para o alcance das metas colectivas e dos objectivos do sector.

No seguimento da formação dos gestores, o Ministério realizou um seminário dirigido aos demais funcionários para preparar a implementação do Novo Regime de Avaliação de Desempenho, a entrar em vigor em Janeiro de 2026.

Segundo a Directora do GRH, a realização da sessão resultou da necessidade de preparar os funcionários para a nova realidade.

Para a Paula Fernandes, a iniciativa revelou-se positiva, uma vez de que tanto gestores como funcionários precisam de conhecer os novos procedimentos, compreender como serão avaliados e quais as consequências decorrentes do processo. "Houve muitas questões, todas devidamente esclarecidas, e o processo continua", sublinhou.

O novo regime prevê avaliações semestrais, em substituição da avaliação anual única. Para Luís António, um dos participantes, trata-se de um documento inovador, que confere maior abertura, transparência e clareza ao processo avaliativo, tornando-o mais objectivo em comparação com o regime anterior. "O funcionário passa a ter legitimidade e o direito de ser ouvido, podendo dialogar directamente com o avaliador", enfatizou o técnico do Gabinete Jurídico.

A palestra foi ministrada por Delfina da Cruz dos Santos, funcionária sénior do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), com mais de trinta anos de experiência.



FORMAÇÃO DEBATE LICENÇA SOCIAL NA MINERAÇÃO



Um curso de Licença Social para Operar no Sector Mineiro foi acolhido, no dia 16 de Dezembro, pelo MIREMPET, numa iniciativa conjunta da Agência Nacional de Recursos Minerais (ANRM) e do Instituto Minere do Brasil.

A formação teve como propósito reforçar o diálogo e a troca de experiências sobre a relação entre a actividade mineira e as comunidades onde esta se desenvolve, promovendo práticas sustentáveis e socialmente responsáveis.

Durante a sessão, o Presidente do Conselho de Administração da ANRM sublinhou que a mineração em Angola deve obedecer ao Código Mineiro, que impõe às empresas compromissos como a criação de emprego e a melhoria das condições de vida das populações.

Ao abordar o conceito de licença social para operar, Jacinto Rocha explicou tratar-se de “um documento invisível, que não se encontra em papel, mas resulta de um compromisso moral dos operadores com o Estado”.

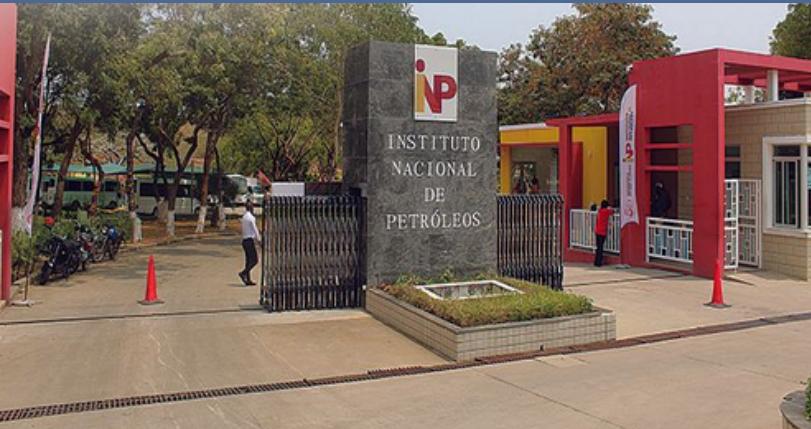
O curso contou com a preleção de Gustavo Cruz, CEO do Instituto Minere, e de Carol Nascimento, especialista em Gestão de Relacionamentos.

Entre os temas abordados, destacaram-se a importância da inovação

tecnológica face aos desafios da mineração, bem como o reforço das consultas prévias e dos encontros com as comunidades. A participante Meiry Almeida manifestou a uma maior preocupação com a sustentabilidade e com a protecção do meio ambiente, afirmando que tais práticas “não só contribuirão para a convivência pacífica entre as empresas e as comunidades, como também para o respeito dos padrões das iniciativas extractivas em Angola”.



INP PREPARA-SE PARA RECEPÇÃO DE ALUNOS NAMIBIANOS EM 2026



A predição foi feita pelo Director-Geral do INP, Alegria Joaquim, a 19 de Dezembro, durante os Cumprimento do Fim de Ano realizado no Pavilhão de Eventos da Escola, onde referiu que “a vinda de 25 alunos provenientes da República da Namíbia para a formação em Língua Portuguesa e Média Técnico-Profissional enquadra-se no domínio da cooperação recentemente estabelecida entre os dois Estados”.

Nesta circunstância, entre retrospectivas e perspectivas, o gestor escolar reafirmou que “as metas traçadas para o ano de 2025 foram alcançadas com êxito, realçando-se a

formação permanente do capital humano; a melhoria das infra-estruturas de apoio; a excelente avaliação externa em auditorias do Sistema de Gestão da Qualidade; a inauguração e funcionamento do Centro de Formação; Completação e Controlo de Poços (Well Control), com a obtenção da respectiva Certificação Internacional; o bom desempenho e aproveitamento escolar dos alunos da Instituição em testes psicotécnicos de empresas do sector; a participação em feiras e workshops a nível nacional e internacional; a certificação para a recertificação internacional de soldadura industrial; a representação do país no Campeonato Internacional de Robótica no Panamá; a instalação dos laboratórios de energias renováveis, entre outras acções”.

No âmbito da responsabilidade social, a Instituição concretizou o Projecto de Alfabetização na localidade do Bezengulo.

IRDP EXIGE GPS EM VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS



Os veículos que efectuam o transporte de mercadorias perigosas, no sector dos derivados do petróleo, passam a estar obrigados a dispor de sistemas de posicionamento global (GPS), no âmbito do reforço das normas de segurança e de controlo da movimentação destes produtos.

A medida consta da Circular Conjunta n.º 001/2025, emitida pelo Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo (IRDP) e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

De acordo com o documento, “os agentes e os prestadores de serviços que actuam neste segmento devem dispor de dispositivos de GPS nas suas frotas de camiões e navios, para a partilha de informações da movimentação dos veículos com o IRDP, a Polícia Nacional e outras instituições

do Estado com interesse na matéria”, conforme estabelece o Instrutivo n.º 5/21, de 26 de Outubro.

A circular recorda que a exigência está sustentada no Decreto Presidencial n.º 195/12, de 29 de Agosto, que aprova o Regulamento de Transportes Rodoviários de Mercadorias Perigosas, conjugado com o Decreto Presidencial n.º 208/19, de 1 de Junho, que regula o exercício das actividades no Sistema do Sector dos Derivados do Petróleo, bem como o Decreto Executivo n.º 425/21, de 16 de Setembro, que define as regras, procedimentos e prazos para a prestação de informação pelos agentes do sector.

A nota refere ainda que os agentes económicos abrangidos dispõem de um prazo de 90 dias, a contar da data de publicação da circular, para garantir que os acessos ao sistema de GPS instalado nos veículos estejam disponíveis.

“O incumprimento das disposições estabelecidas é punível nos termos da legislação em vigor, e as eventuais dúvidas resultantes da interpretação e aplicação da circular serão esclarecidas conjuntamente pelo IRDP e pela ANTT”, alerta o documento.

AUDIÊNCIAS

MINISTRO AZEVEDO RECEBE PRESIDENTE DA ACEPA



O Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, recebeu a 22 de Dezembro, o Director-Geral da TotalEnergies, Martin Deffontaines, em audiência de cortesia.

O encontro decorreu na sequência da recente nomeação de Martin Deffontaines como Presidente da

Associação das Empresas Prestadoras de Serviços da Indústria Petrolífera (ACEPA) e teve como objectivo a sua apresentação formal à tutela do Sector, bem como a recolha de orientações sobre as expectativas do Ministério relativamente ao papel da associação.

“Fui recentemente nomeado presidente da ACEPA e, neste novo papel, quis apresentar-me ao Ministro e ao Secretário de Estado, José Barroso, para obter o seu feedback sobre o que se espera da associação”, afirmou Martin Deffontaines.

Na ocasião, o Director-Geral da TotalEnergies agradeceu ao Ministro Diamantino Azevedo pelo trabalho desenvolvido em prol da indústria petrolífera: “Agradeço ao MIREMPET pelo apoio contínuo à indústria do petróleo e gás, essencial para o desenvolvimento do sector”, concluiu.

MINISTRO AZEVEDO E FRANK CASSULO AVALIAM COOPERAÇÃO NO SECTOR PETROLÍFERO



No mesmo dia, o Director-Geral da Chevron em Angola, Frank Cassulo, foi recebido pelo Ministro Diamantino Azevedo. Durante a audiência, analisaram os principais projectos da multinacional e as perspectivas de

ministro pela parceria em 2025. Abordámos projectos relevantes, como o Soyo Lean Gas Connector e o South Angola, que deverá entrar em produção ainda este ano”, sublinhou.

cooperação para os próximos anos. Segundo Frank Cassulo, a reunião permitiu fazer um balanço de acontecimentos determinantes para a presença da Chevron em Angola:

“Foi uma oportunidade de agradecer ao

CADASTRO DIGITAL: MOTOR DE TRANSFORMAÇÃO DO SECTOR MINEIRO ANGOLANO



O sector mineiro angolano encontra-se num momento-chave de reorganização e transformação. Num ambiente global cada vez mais orientado para a transparência, eficiência e segurança jurídica, a implementação do Cadastro Mineiro Digital de Angola (CMA) afirma-se como um pilar estratégico para o fortalecimento da governação dos recursos minerais e para a criação de um ambiente de negócios mais competitivo.

A transição para um Cadastro Mineiro totalmente digital representa uma mudança estrutural na forma como os direitos mineiros serão geridos em Angola. Mais do que uma solução tecnológica, o CMA introduz um novo modelo de funcionamento, baseado em processos claros, previsíveis e alinhados às melhores práticas internacionais.

Transparência e eficiência ao serviço da Administração Pública do Estado

O novo CMA foi concebido para responder aos principais desafios do Sector, promovendo:

- Maior transparência na tramitação dos pedidos e na gestão da informação;
- Eficiência administrativa, com redução de prazos e simplificação de procedimentos;
- Reforço da confiança institucional, garantia de

- integridade dos dados e igualdade de tratamento entre os operadores.

Este avanço contribuirá de forma directa para a melhoria do clima de investimento e para a credibilidade do Estado enquanto regulador.

Um instrumento estratégico para o desenvolvimento

O Cadastro Mineiro Digital assume um papel central no desenvolvimento sustentável do Sector, permitindo um melhor planeamento das áreas mineiras concessionadas, prevenindo conflitos de direitos e apoiando políticas públicas mais eficazes. Ao fortalecer a gestão dos direitos mineiros, o CMA contribui para a diversificação económica, a atração de investimento responsável e o aumento das receitas públicas.

Envolvimento dos stakeholders e próximos passos

A implementação do CMA tem sido acompanhada por acções contínuas de divulgação, capacitação e esclarecimento, envolvendo empresas titulares de direitos mineiros, instituições públicas e parceiros tecnológicos. Este diálogo permanente é essencial para garantir uma transição eficaz e inclusiva.

Ao longo de 2026, novas iniciativas de comunicação e formação irão reforçar este percurso, consolidando a plena operacionalização do CMA e a melhoria contínua dos serviços.

Um esforço conjunto

A concretização do CMA resulta do trabalho dedicado da equipa técnica do Cadastro Mineiro, do forte apoio institucional do MIREMPET, da colaboração da ANRM, IGEO, Endiama e Sodiam, bem como dos parceiros tecnológicos envolvidos.

O CMA simboliza o compromisso de Angola com um sector mineiro mais moderno, transparente e alinhado com os padrões internacionais, ao serviço do desenvolvimento nacional.

O QUE UMA MÃO DÁ, A OUTRA NÃO PODE SABER

O ditado traz uma lição poderosa sobre humildade e generosidade. Ele ensina que ajudar alguém deve ser um gesto feito com discrição, sem necessidade de reconhecimento ou elogios. A verdadeira bondade acontece quando o bem é feito de coração, e não para

aparecer aos olhos dos outros.

Essa expressão tem origem bíblica e reforça a ideia de que a caridade sincera é silenciosa. Afinal, quando a ajuda é verdadeira, não precisa de ser anunciada. Ela fala por si só.

SUGESTÃO DE LEITURA



Por: Alexandre Sousa
Técnico de Comunicação

“A FORMAÇÃO DA NAÇÃO ANGOLANA, ATRAVÉS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO”, de EMANUEL KUNZIKA

Na última edição do ano, dedicada às obras que assinalam os 50 anos da Independência de Angola, destacamos o livro do nacionalista Emanuel Kunzika, intitulado “A Formação da Nação Angolana Através da Luta de Libertação”.

Com 119 páginas, o livro foi lançado em 2016, na sede da União dos Escritores Angolanos, em Luanda.

A obra apresenta uma abordagem estruturada e reflexiva sobre o contexto histórico e geográfico de Angola, a luta de libertação e o processo de formação da nação angolana, bem como a complexa problemática da identidade nacional. Esta análise é enriquecida com documentos históricos e um registo fotográfico que retrata momentos decisivos do período embrionário das formações políticas angolanas, conferindo maior densidade e autenticidade ao conteúdo.

Ao longo do livro, o autor partilha ainda memórias dos dez anos de convivência com Holden Roberto, então Presidente da FNLA, falecido em Agosto de 2007, oferecendo ao leitor um olhar privilegiado sobre figuras e acontecimentos marcantes da história contemporânea de Angola.

Kunzika revisita igualmente episódios determinantes, como o 25 de Abril de 1974 e a proclamação da independência, a 11 de Novembro de 1975, contextualizando-os no quadro mais amplo da luta de libertação nacional.

Nascido na aldeia de Kintó, no município de Maquela do Zombo, província do Uíge, Emanuel Kunzika realizou os seus estudos na República Democrática do Congo, entre 1938 e 1963, prosseguindo a sua formação académica nos EUA, nas Universidades de Nova Iorque e Abraham Lincoln, na Filadélfia, entre 1963 e 1968. Mais tarde, estudou na Universidade Nacional do Zaire, entre 1970 e 1974, tendo obtido o Diploma em Ciências Político-Administrativas, apresentando a monografia intitulada “A Formação da Nação Angolana e a Luta de Libertação”.

É autor de vários títulos, como “Petição para Angola à 16ª Assembleia da ONU” (Nova Iorque, 1961), “Unidade Angolana”, incluído em *Para Independência de Angola – Way* (Léopoldville/Kinshasa, 1963), e o “Dicionário de Provérbios de Kikongo” (Editorial Nzila, 2008).

Pela conjugação entre análise académica e testemunho pessoal, “A Formação da Nação Angolana Através da Luta de Libertação” afirma-se como um contributo essencial para a compreensão da história recente de Angola e para o aprofundamento do debate sobre a identidade nacional, oferecendo ao leitor uma perspectiva singular sobre os desafios, sacrifícios e conquistas que marcaram a luta pela independência.





Por: António Cassoma
Intelectual

VIOLENCIA CONTRA MULHERES : 10 PROPOSIÇÕES PARA CONFLECTIR E EVOLUIR

Não sou o Martinho da Vila, mas pode-se dizer que sou um homem com alguma experiência de vida. E nisso enquadra-se o facto de ser pai de meninas, entre as que têm o meu sangue e as que me concedem a honra de ver em mim um pai, mesmo que não tenhamos o mesmo sangue e nem sempre estejamos juntos. Algumas delas são adultas, e este tipo de conversa tive com elas tanto quando eram crianças, quanto na adolescência, e tenho agora que se tornaram adultas.

Feito este enquadramento, passo a abordar a questão da violência extrema contra as mulheres, que muitas vezes tem como resultado a morte. Este fenómeno não é novo nem no tempo nem no espaço, mas ganhou maior visibilidade em Angola a partir do momento em que afectou a classe média urbana.

Em vários países economicamente mais avançados, este é um problema de décadas, em especial nos casos em que a violência é praticada pelo consorte inconformado pela falência da relação e magoado pela capacidade de superação que as mulheres tendem a ter, muito mais sólida que a dos homens.

As notas que faço a seguir podem ser aplicáveis a pessoas de todos os tempos e lugares, embora os seus pressupostos possam não estar presentes nos tempos e espaços em que as mulheres não são razoavelmente livres nem têm a possibilidade de serem economicamente independentes.

Não que, nesses lugares, o problema não exista, mas porque, nesses casos, a violência é de tal ordem grande e transversal que a própria sociedade nega à mulher a qualidade de sujeito da própria vida, transformando-a em objecto ou adereço do contexto e daqueles que o dominam: homens.

Dito de outro modo, não podemos considerar como consentimento a concordância de quem, objectivamente, não tem o mínimo de condições para discordar.

Sem pretender ser exaustivo sobre o assunto, valho-me deste triste momento para partilhar algumas proposições, para conflectir:

1. Ninguém é inocente: todos somos culpados por não fazermos o suficiente para alterar o modelo de relacionamento que as pessoas (sobretudo mais novas) vão adaptando, em consequência das pressões sociais ou das injustas expectativas que se geram sobre elas. Devemos educar os nossos filhos a aceitarem a solidão como a condição normal (e, talvez, necessária) para uma vida segura, saudável e equilibrada. Ter outra pessoa na nossa vida é um bônus, uma prerrogativa, uma opção. Não deve ser uma obrigação imposta pela família e pela sociedade. O facto de agirmos como se fosse uma obrigação leva a que as pessoas avancem para uma relação que pode já mostrar sinais de que não serve, mas nelas ficam porque pode parecer mal romper ou porque têm vergonha, devido ao facto de a pessoa já ser conhecida pela família. No recente caso da confrade Carolina Silva, os relatos revelam claramente que, durante o namoro, o sujeito já mostrava sinais de insegurança e tendência a um controlo doentio da outra, a um nível que configura um rapto da subjectividade dela.



2. Os mitos religiosos de que as relações devem ser para sempre também devem ser revisitados e adaptados à realidade: os jovens cristãos são entupidos com essa ilusão, em vez de serem preparados para encarar com realismo as dificuldades da vida, perante as quais, por vezes, a melhor solução é mesmo seguir adiante.

A relação deve ser uma celebração comum da vida e não uma prisão servil. Não é nenhuma vergonha que uma relação deixe de se encaminhar ao firmamento, nem sequer é um insucesso, especialmente nos casos de namoro ou noivado. O namoro e o noivado servem justamente para verificar se as pessoas se ajustam o suficiente para serem consortes. Se a conclusão for que não servem um para o outro, o namoro ou noivado acaba, cumprindo assim o seu papel. Note-se também que, nesta comunidade, muitas vezes as partes avançam para o casamento antes de se conhecerem o suficiente, movidos pela pressão sexual, uma vez que a sociedade exagera a relevância de só se poder celebrar o amor de modo íntimo após o casamento. Isso é biologicamente difícil.

3. Ocisola ocali: o amor é uma dádiva. É gratuito. Não se obriga nem se compra. Se for obtido em troca, por força ou mediante promessas de vantagens (designadamente materiais), já não é amor. É prestação de serviço. Se for forçado, já não é amor. É colonização do outro. Mesmo que as pessoas estejam ligadas por vínculos jurídicos e sociais, o outro só tem acesso porque o dono do corpo e da alma lhe concede este privilégio, e não devido à obrigação. Quando isso ocorre por sobrevivência ou obrigação, já não estamos no campo do amor, e sim de prestação de serviços ou colonização.

4. Como corolário do carácter gratuito do amor, ter acesso ao outro é um privilégio e não um direito: por isso, contacto pessoal não consentido (sobretudo de natureza íntima) é uma violação do outro, mesmo no seio do casamento ou vínculo social equivalente.

5. Por maioria de razão, e porque cada um continua dono do seu corpo, a exclusividade sexual também é um privilégio e não um direito: este assunto levanta mais problemas na sociedade, em especial quanto à exclusividade do homem no acesso à mulher. Esta cultura deriva não só do orgulho, mas também da necessidade de certeza de que a descendência do homem seja efectivamente sua. A mulher também luta pelo sustento e sucesso da descendência, naturalmente. Mas, por força da natureza, a mulher tem sempre certeza de que o filho é seu, o homem não. Daí que os homens tenham no mito da exclusividade sexual um último refúgio contra a incerteza em relação à continuidade da sua

existência através dos filhos gerados com a sua participação genética. É uma preocupação existencial e não meramente sexual. É preciso perceber e gerir isso com cuidado, sem desvalorizar a angústia que gera.

6. Os riscos existenciais a que os homens estão sujeitos levam-nos a reagir de modo mais desesperado às quebras da exclusividade. Este desespero muitas vezes provoca acções monstruosas, como os casos de morte.



7. Isso é alguma justificação? De modo algum! Não se pretende justificar acções monstruosas, mas compreender os eventos que as podem despoletar e a psicologia de quem se perde ao ponto de agir como monstro, permitindo identificar e controlar o fenómeno. Nada justifica a violência – muito menos a morte do outro. Mas apelar apenas para que a violência pare não é suficiente. Precisamos reforçar ferramentas para que relações desequilibradas não evoluam para desespero extremo e violência, seja dos homens contra as mulheres, seja das mulheres contra os homens, casos também frequentes embora em número inferior.

8. O desespero é desencadeado pela falta de ferramentas para lidar com a solidão e com as incertezas da vida. Cabe às famílias e à sociedade munir as novas gerações de ferramentas para maturidade suficiente, evitando que se deixem sequestrar pelo desespero.

9. Com maturidade e orientação apropriada, as pessoas aprendem a lidar com o desespero e gerir frustrações. Aceitar as frustrações como parte da vida evitar entrar em relações destrutivas apenas por expectativas sociais.

Não se deve reter o outro contra a sua vontade ou recorrer a chantagem, violência ou morte por incapacidade de enfrentar a solidão ou os desafios de um futuro incerto.

10. Terminar uma relação não é a única solução. É necessário desenvolver resiliência, cedência, complementaridade e solidariedade para que as relações não implodam ou se transformem em explosão. Se a separação for a melhor opção, deve ser gerida para reduzir impactos negativos e traumas.

Muitas situações de violência derivam de rupturas geridas com arrogância e humilhação. É necessário respeito mínimo para continuar a gerir laços afectivos e responsabilidades, sobretudo quando há filhos envolvidos. Preparação, abertura, diálogo, sabedoria e elevação são essenciais.

Eis a minha singela contribuição para tão importante assunto, para as mulheres, para os homens, para a sociedade e para as organizações.

NOVOS GANHOS DO SECTOR

PROJECTO N'DOLA SUL COMEÇA PRODUÇÃO EM CABINDA



A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), a Cabinda Gulf Oil Company Limited (CABGOC), subsidiária da Chevron em Angola e operadora do Bloco 0, e os parceiros do Grupo Empreiteiro deram início, no dia 24 de Dezembro, à produção de petróleo do Projecto N'dola Sul.

O projecto integra 12 poços e prevê uma produção máxima diária de cerca de 25 mil barris de petróleo, além de aproximadamente 50 milhões de pés cúbicos de gás. O registo do “primeiro óleo” marca o arranque da produção destinada ao Terminal de Malongo, em Cabinda, enquanto o gás associado será encaminhado para a fábrica Angola LNG. “Uma parte significativa da estrutura metálica do Projecto N'dola Sul foi fabricada em território nacional, concretamente nas províncias do Cuanza Sul e de Cabinda.

A plataforma é composta por uma jaqueta com cerca de

de 1.100 toneladas e 73 metros de altura, construída no Porto Amboim, e por superfícies superiores com aproximadamente 600 toneladas, fabricadas em Malembo e montadas em Malongo, na província de Cabinda”.

O investimento inclui ainda um oleoduto de produção com 15 quilómetros de extensão, que liga a plataforma às instalações do complexo Mafumeira, responsável por receber e processar a produção de N'dola Sul.

Para o Presidente do Conselho de Administração da ANPG, “o primeiro óleo do Projecto N'dola Sul significa um novo passo de sucesso no conjunto de investimentos no sector por parte dos parceiros que apostam em Angola”.

Paulino Jerónimo disse ainda que este marco representa um avanço relevante na valorização do Conteúdo Local, uma vez que a principal estrutura foi fabricada no país, por quadros nacionais, respeitando padrões internacionais de qualidade e de preservação ambiental.

Por sua vez, o Director-Geral da Chevron para a África Austral, Frank Cassulo, afirmou que “este projecto exemplifica o compromisso da CABGOC em promover o conteúdo local em Angola e desenvolver recursos de forma eficiente na concessão do Bloco 0, sendo que durante a fase da sua construção, gerou mais de 800 empregos para angolanos”.

O Bloco 0 é operado pela Cabinda Gulf Oil Company Limited (CABGOC), subsidiária da Chevron em Angola, e integra como parceiros a Sonangol E.P., com 41% de participação, a TotalEnergies, com 10%, e a Azule Energy, com 9,8%.



DÁRIO AFONSO

“A minha mãe reforçava sempre que, para alcançar algo de bom ou ser alguém na vida, o segredo está nos estudos”.

O Rosto da Casa desta edição é Dário Afonso, nascido a 9 de Maio de 1987, na província de Luanda, município do Cazenga, Bairro da Cuca. É casado e pai de dois filhos.

Filho de Custódio João Afonso e de Creciana José Sebastião Afonso, Dário destaca que os pais sempre o incentivaram a fazer as melhores escolhas da vida, colocando a educação como um pilar fundamental.

Esse incentivo não se limitava ao percurso académico, mas estendia-se à formação cívica e moral, com a transmissão, desde cedo, dos princípios básicos de boa convivência em sociedade.

No seu percurso académico, guarda com especial carinho os conselhos do pai, que costumava dizer: “quem não quer estudar, procura outro lar para viver.” A frase marcou profundamente a sua trajectória, levando-o a dedicar-se cada vez mais aos estudos.

Com o falecimento do pai, Dário recorda que “atravessou um período bastante difícil”, mas encontrou na mãe um apoio incondicional, que lhe garantiu a continuidade do ensino médio. “A minha mãe reforçava sempre que, para alcançar algo de bom ou ser alguém na vida, o segredo estava no estudo”, recorda com nostalgia.

Ao iniciar a vida profissional, recebeu ainda da mãe um conselho que o acompanha até aos dias de hoje: “Não te metas com ninguém, apenas faz bem o teu trabalho.” É com base nessa orientação que o Rosto da Casa se guia diariamente no exercício das suas funções.

O seu percurso académico teve início na escola da ONG

Ajuda para o Desenvolvimento Povo para Povo (ADPP), situada no Nzamba 4, no município do Cazenga, onde concluiu o ensino primário, o segundo e o terceiro níveis. Frequentou o Ensino Médio em Gestão Empresarial no Instituto Médio de Gestão do Kicolo (IMGK), licenciou-se em Psicologia do Trabalho pela Universidade Agostinho Neto e alcançou o grau de Mestre em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusíada de Angola.

Dário contou que ingressou na Função Pública por via de um concurso público realizado em 2012, no então Ministério e Geologia, Minas e Indústria.

Apesar de já ser Técnico Médio, concorreu à categoria de Escriturário Dactilografo. “Após a minha admissão, fui acolhido por vários colegas, com especial destaque para a colega Joana Velasco, na altura a chefe da área, que contribuiu de forma significativa para o meu aprendizado enquanto funcionário”, contou.

Nos tempos livres, o Rosto da Casa aprecia um bom arroz com peixe ou frango. Tem como bebidas preferidas água ou sumo natural, gosta de assistir a filmes, passear e não perde uma boa partida de jogos de PlayStation.



A RETER



“Esperamos que o próximo ano seja marcado por muitos êxitos para o nosso ministério, para o nosso sector, para o nosso País e para todo o povo angolano.”

Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, na cerimónia de Cumprimentos de Fim de Ano 29.12.2025.

“O lançamento deste terceiro Relatório demonstra o nosso empenho em reforçar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos minerais e hidrocarbonetos.”

Secretário de Estado José Barroso, durante a 11.ª Reunião Ordinária do Comité Nacional de Coordenação da ITIE-Angola, 22.12.2025.



“A ferramenta reforça a eficiência, a transparência e a segurança na gestão dos processos de concessão de direitos mineiros, que passam a ser submetidos obrigatoriamente por via digital.”

Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Corrêa Victor, na sessão de esclarecimento sobre o CMA, 18.12.2025.



“Sinto que, finalmente, temos um verdadeiro processo de avaliação de desempenho.”

Directora Adjunta do Gabinete do Ministro, Lídia Lopes, na formação sobre o Novo Modelo de Avaliação de Desempenho dos Funcionários Públicos, 16.12.2025.



“Temos pouco tempo para trabalhar, mas é o que se impõe. Depois da formação dos gestores, realizada na ENAPP e aqui no Ministério, demos seguimento com esta palestra destinada aos funcionários, com o objetivo de disseminar a informação e o esclarecimento de dúvidas.”

Directora do Gabinete de Recursos Humanos (GRH), Paula Fernandes, na palestra sobre a implementação do Novo Regime de Avaliação de Desempenho dos Funcionários Públicos, 22.12.2025.

“A cibersegurança é hoje um pilar essencial da governação digital. A crescente dependência das tecnologias de informação exige de todos nós, um compromisso colectivo com a protecção dos dados institucionais, a salvaguarda dos sistemas e a adopção de comportamentos digitais seguros no exercício das funções públicas.”

Director do GTICI, Luciano Canhangha, na palestra sobre Cibersegurança, 17.12.2025.



GTICI "ENCERRA" 2025 COM HOMENAGEM EMOCIONANTE



O Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional (GTICI) "encerrou" o ano de 2025 de forma emocionante, numa instância turística à beira-mar, em Luanda.

Funcionários dos dois departamentos, DTI e DCI, celebraram os aniversários de quatro colegas com corte de bolo e apagar de velas, num ambiente de confraternização.

O ponto alto da celebração foi a homenagem a duas colaboradoras já reformadas: Catarina Travessa e Natália Lutango. Ambas receberam das mãos do director do GTICI, Luciano Canhanga, uma peça em acrílico com a fotografia gravada, acompanhada de um bouquet de flores, como símbolo de reconhecimento pelo contributo prestado.

A festa prosseguiu com a troca de presentes entre os 20 convivas, num acto marcado por alegria, emoção e lembranças que ficarão para a posteridade. Emocionada, Catarina Travessa agradeceu o gesto e deixou uma mensagem de união: "é reconfortante sentir que continuam a lembrar-se de nós. Que este espírito de coesão e aprendizagem permanente nunca se perca."

AGENDA

**CONTAMOS NOVAMENTE CONSIGO EM
2026**

GOVERNO DE ANGOLA | mirempet.gov.ao
Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás

GTICI / MIREMPET

FICHA TÉCNICA

Director: Luciano Canhanga

Supervisora: Cristina Cunha

Coordenadora: Feliciana Luzayamo

Redacção:

Belarmino Gomes,

Nelson Muanha,

Alexandre Sousa

Francisco Magalhães

Elisabeth Jay

Colaboração: António Cassoma

Paginação: Organizações HOTCHALI

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS
AOS ANIVERSARIANTES DO MÊS DE JANEIRO 2026
MUITAS FELICIDADES!

MARIA MECUAMBA



DNRM
01/01

LORENA PAULO



SG
02/01

LIZIA HENRIQUE



GJ
02/01

SÓNIA GONGA



SG
02/01

DOMINGOS FRANCISCO



DNFCL
02/01

PEDRO GANGA



GEPE
06/01

RAMOS MANUEL



SG
06/01

GONÇALVES TAVARES



SG
07/01

DENALTINO FRANCISCO



SG
07/01

DOMINGOS MENDONÇA



DNFCL
07/01

TCHIPONDIA LUVA



SG
08/01

ADILSON DOMINGOS



GRH
10/01

ESTEVÃO PEDRO



GM
11/01

TERESA LUIEIE



DNSEA
11/01

MAURO MARQUES



SG
12/01

FIGUEIRA CAPUTO



GSEPG
12/01

SANTA BENTO



SG
12/01

ANDRÉ CAPAÇA



SG
12/01

QUINTINO JOSÉ



SG
12/01

ISABEL MBULO



SG
13/01

JOSEMIRA MIGUEL



GS
16/01

RITA VICENTE



DNRM
18/01

ANA ANDRÉ



DNP
19/01

CLAÚDIO CABANGO



GM
20/01

OMAR GARNACHO



GSERM
21/01

MARGARIDA MONTEIRO



SG
24/01

PEDRO JERÓNIMO



DNFCL
25/01

JOSÉ CELESTINO



GM
27/01

CLEUSA VASCONCELOS



GS
27/01

GEREMIAS FAMOROSA



GM
31/01

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS

O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, abreviadamente designado por “MIREMPET” é o Departamento Ministerial auxiliar do Titular do Poder Executivo, responsável pela formulação, condução, execução, controlo e acompanhamento da política do Executivo relativo às actividades geológicas e minerais, de petróleo, gás e biocombustíveis, nomeadamente, a prospeção, exploração, desenvolvimento e produção de minerais, petróleo bruto e gás, refinação, petroquímica, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos minerais e petrolífero, bem como a produção e comercialização de biocombustíveis, sem prejuízo da proteção do ambiente

DIRECÇÃO SUPERIOR

Ministro - Diamantino Pedro Azevedo

Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Jânio da Rosa Corrêa Victor

Secretário de Estado para o Petróleo e Gás - José Alexandre Barroso

SERVIÇOS DE APOIO INSTRUMENTAL

Director do Gabinete do Ministro - Euclides de Oliveira

Directora Adjunta do Gabinete do Ministro - Lídia Lopes

Director do Gabinete do Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Omar Garmacho

Directora do Gabinete do Secretário de Estado para Petróleo e Gás - Adérita Oliveira

SERVIÇOS EXECUTIVOS DIRECTOS

Director Nacional de Recursos Minerais - Paulo Niva Tanganha

Director Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Alcides Santos

Director Nacional de Formação e Conteúdo Local - Domingos Francisco

Director Nacional de Segurança Industrial, Emergências e Ambiente - Manuel Júnior

SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO

Secretário-Geral - Américo da Costa

Directora do Gabinete de Recursos Humanos - Paula Fernandes

Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas - Alexandre Joaquim Garrett

Director do Gabinete de Supervisão - Jacinto Cortez

Director do Gabinete de Intercâmbio - Luís Baptista António

Directora do Gabinete Jurídico - Eunice Ferraz

Director do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional - Luciano Canhangá

ÓRGÃOS SUPERINTENDIDOS

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Paulino Jerónimo

Agência Nacional dos Recursos Minerais - Jacinto Ferreira dos Santos Rocha

Sonangol - Sebastião Pai Querido Gaspar Martins

Endiama - José Manuel Augusto Ganga Júnior

Sodiam - Eugénio Bravo da Rosa

Instituto Geológico de Angola - José Manuel

Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo - Luís Fernandes

Instituto Nacional de Petróleo - Alegria Joaquim

Comissão Nacional do Processo Kimberley - Estanislau Buio

SEDE DO MIREMPET

RUA GAMAL ABDEL NASSER, TORRE A